



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento

NORTE2020
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE



Tâmega e Sousa
Comunidade Intermunicipal



NORTE2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

“PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO NACIONAL”

(BASE LOCAL)

AVISO N.º NORTE-D7-2021-01

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA

V1 – 07/01/2021

Índice

Preâmbulo	3
1. Objetivos e prioridades visadas	3
2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura.....	4
3. Natureza dos beneficiários	4
4. Área geográfica de aplicação	5
5. Âmbito Setorial.....	5
6. Critérios de elegibilidade dos beneficiários	7
7. Critérios de elegibilidade das Operações.....	8
8. Regras e limites à elegibilidade de despesas	9
9. Tratamento de Dados Pessoais.....	11
10. Critérios de seleção das candidaturas	11
11. Limite ao número de candidaturas.....	11
12. Taxas de financiamento das despesas elegíveis	12
13. Forma e limites dos apoios	12
14. Pagamentos	13
15. Modalidades, prazos, e procedimentos para apresentação das candidaturas	13
16. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas.....	14
17. Aceitação da decisão	14
18. Dotação indicativa do fundo a conceder	15
19. Identificação dos indicadores de realização e de resultado	15
20. Organismos Intermédios responsáveis pela análise	16
21. Programa Operacional financiador.....	16
22. Divulgação de resultados e informação e pontos de contacto.....	16
ANEXOS.....	17
Anexo A – Enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento	17
Anexo B – Critérios de seleção e metodologia de avaliação das candidaturas.....	17
Anexo C – Documentos a apresentar com a candidatura.....	17
Anexo D – Território de intervenção	17
Anexo E – Deliberação CIC e lista de territórios de baixa densidade	17
Anexo F - Capacidade de financiamento do projeto.....	17
Anexo G – Modelo de Memória Descritiva	17
Anexo H – Modelo de declaração do cumprimento da legislação ambiental em projetos cofinanciados.....	17
Anexo I – Modelo de declaração da integração da perspetiva de igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades e da não discriminação em operações cofinanciadas .	17
Anexo J – Modelo de declaração complementar.....	17

Preâmbulo

O presente aviso de abertura de concurso para apresentação de candidaturas (AAC) foi elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus e de Investimento (FEEI) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, em conjugação com o artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego (RE ISE), publicado através da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, alterada pelas Portarias n.ºs 181-C/2015, de 19 de junho, 265/2016, de 13 de outubro, 41/2018, de 1 de fevereiro, 235/2018, de 23 de agosto, 66/2019, de 20 de fevereiro, que o republicou, bem como pelas Portarias n.ºs 140/2020, de 15 de junho, e 163/2020, de 1 de julho.

O presente concurso visa a apresentação de candidaturas ao Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local), no âmbito do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego instituído pela Portaria n.º 105/2017, de 10 de março, alterada pelas Portarias n.º 1/2018, de 2 de janeiro, n.º 178/2018, de 20 de junho, n.º 122/2020, de 22 de maio e n.º 266/2020, de 18 de novembro, que define as regras aplicáveis aos apoios concedidos às operações previstas na alínea g) do n.º 2 do artigo 74.º do REISE, mobilizando apoios a conceder através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

1. Objetivos e prioridades visadas

O objetivo deste Programa consiste na criação de um instrumento de política pública de apoio direto ao investimento empresarial produtivo que terá como objetivo estimular a produção nacional, pelo que terá enfoque no setor industrial e no setor do turismo, entre outros setores relevantes para estimular a produção nacional e a redução da dependência face ao exterior, primando pela agilidade de procedimentos, pela eficiência na gestão e pela eficácia nos resultados.

Neste contexto de necessidade de estimular a retoma económica, é importante apoiar a aquisição de máquinas, equipamentos, serviços tecnológicos/digitais e sistemas de qualidade,

sistemas de certificação que alterem os processos produtivos das empresas, apoiando-as na transição digital, na transição energética, na introdução de processos de produção ambientalmente mais amigáveis e que sejam, simultaneamente, um estímulo à produção nacional, de modo a promover melhoria da produtividade das empresas num contexto de novos modelos de negócios. As empresas deverão assumir o compromisso de manter os postos de trabalho, não havendo a exigência de criação de postos de trabalho.

O apoio à produção nacional enquadra-se na iniciativa + CO3SO Competitividade, contribuindo para elevar as competências das empresas, numa perspetiva de reforço de competitividade dos territórios, nomeadamente os do interior. Esta iniciativa integra também o Programa de Valorização do Interior, eixo 4 - Tornar os Territórios do Interior mais Competitivos -, visando a captação de investimento para o Interior, através de instrumentos de política pública adaptados às especificidades dos territórios.

Este aviso de concurso enquadra-se no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, na Prioridade de Investimento (PI) 8.8 (FEDER) – “Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas” (FEDER), no âmbito do Objetivo Temático 8 – “Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (FEDER)”.

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

Nos termos da alínea c) do artigo 6.º do Regulamento SI2E são suscetíveis de apoio no âmbito deste AAC projetos que visem o estímulo à produção nacional de base local para a expansão e modernização da produção por parte de micro e pequenas empresas.

3. Natureza dos beneficiários

Os beneficiários dos apoios previstos no presente Aviso de concurso são as micro e as pequenas empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica que cumpram com os critérios de acesso e de elegibilidade a seguir enunciados, nos termos do artigo 7.º do SI2E e na aceção da

Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão, de 6 de maio, relativa à definição de micro, pequena e média empresa.

Encontra-se assim abrangida qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica, através da oferta em concorrência de bens ou serviços no mercado, sendo, nomeadamente, consideradas como tais as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica.

4. Área geográfica de aplicação

O presente AAC tem aplicação nos territórios de intervenção da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

A localização do projeto corresponde ao local onde irá(ão) ser realizado(s) o(s) investimento(s), em conformidade com o disposto no n.2 do artigo 71.º do RE ISE.

5. Âmbito Setorial

5.1. No âmbito do presente Aviso, são elegíveis, nos termos do artigo 5.º do SI2E, as operações inseridas nas seguintes atividades económicas (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas - CAE, revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro):

- a) Secção B - Indústrias extrativas (CAE 05 a 09)
 - CAE 05-Extracção de hulha e lenhite;
 - CAE 06-Extracção de petróleo bruto e gás natural;
 - CAE 07-Extracção e preparação de minérios metálicos;
 - CAE 08-Outras indústrias extrativas;
 - CAE 09-Actividades dos serviços relacionados com as indústrias extrativas;
- b) Secção C - Indústrias Transformadoras (CAE 10 a 33);
 - CAE 10-Indústrias alimentares;
 - CAE 11-Indústria das bebidas;
 - CAE 12-Indústria do tabaco;
 - CAE 13-Fabricação de têxteis;
 - CAE14-Indústria do vestuário;

- CAE 15-Indústria do couro e dos produtos do couro;
 - CAE 16-Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria;
 - CAE 17-Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos;
 - CAE 18-Impressão e reprodução de suportes gravados;
 - CAE 19-Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis;
 - CAE 20-Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos;
 - CAE 21-Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas;
 - CAE 22-Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas;
 - CAE 23-Fabricação de outros produtos minerais não metálicos;
 - CAE 24-Indústrias metalúrgicas de base;
 - CAE 25-Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos;
 - CAE 26-Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos;
 - CAE 27-Fabricação de equipamento elétrico;
 - CAE 28-Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.;
 - CAE 29-Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis;
 - CAE 30-Fabricação de outro equipamento de transporte;
 - CAE 31-Fabricação de mobiliário e de colchões;
 - CAE 32-Outras indústrias transformadoras;
 - CAE 33-Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos.
- c) Secção F - Construção (CAE 41 a 43)
- CAE 41-Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios;
 - CAE 42-Engenharia civil;
 - CAE 43-Atividades especializadas de construção.
- d) Secção G - Comércio a Retalho (CAE 47)
- CAE 47-Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos.
- e) Secção I - Alojamento, Restauração e Similares (CAE 55 e 56)
- CAE 55-Alojamento;
 - CAE 56-Restauração e Similares.

5.2. A par de outras não expressamente identificadas no ponto anterior, salienta-se que não são elegíveis operações inseridas nas atividades económicas a seguir indicadas:

- a) O setor da pesca e da aquicultura;
- b) O setor da produção agrícola primária e florestas;
- c) O setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas constantes do Anexo I do Tratado de Funcionamento da União Europeia, publicado no Jornal Oficial da União

- Europeia (JOUÉ) de 7 de junho de 2016 e transformação e comercialização de produtos florestais;
- d) Os projetos de diversificação de atividades nas explorações agrícolas, nos termos do Acordo de Parceria;
- e) Os projetos que incidam nas seguintes atividades previstas na CAE (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro – CAE Rev.3):
- i. Financeiras e de seguros – divisões 64 a 66;
 - ii. Defesa – subclasses 25402, 30400 e 84220;
 - iii. Lotarias e outros jogos de aposta – divisão 92.

No que respeita aos projetos que integrem as alíneas a) a d) esta aferição terá ainda em conta, designadamente, a realização fora ou dentro da exploração agrícola e a natureza das atividades (produção, primeira ou segunda transformação, comercialização ou prestação de serviços). Assim, poderão ser apoiados neste AAC projetos de 2.ª transformação de produtos agrícolas em não agrícolas, a comercialização a retalho dos produtos constantes do Anexo I do Tratado ou a prestação de serviços, desde que fora das explorações agrícolas.

5.3. A aferição da elegibilidade setorial será efetuada por referência à CAE do projeto.

5.4. Não são elegíveis os projetos que incluam investimentos decorrentes do cumprimento de obrigações previstas em contratos de concessão ou associação com o Estado (Administração Central ou Local).

6. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

6.1. Para além dos critérios de elegibilidade previstos nos artigos 13.º e do cumprimento das regras relativas aos impedimentos e condicionamentos de acesso aos apoios constantes do 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, os beneficiários deverão cumprir com as disposições do artigo 8.º do RE S2E.

Para efeitos da aferição das condições aí previstas, os beneficiários deverão, designadamente:

- a) Assegurar as fontes de financiamento do projeto, com um mínimo de 10% de Capitais Próprios, nos termos identificados no Anexo F, no que se refere à alínea f) do art.º 13 do DL 159/2014, bem como da alínea c) do n.º 2 do artigo 9º do RE SI2E;
- b) Apresentar os licenciamentos necessários ao desenvolvimento da atividade (ex.: licenças de funcionamento, licenciamentos comerciais, industriais, administrativas), até à apresentação do termo de aceitação (TA), para efeitos da aferição do cumprimento da alínea c) do artigo 13º do DL 159/2014;
- c) Obter ou atualizar a Certificação Eletrónica prevista no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2009, de 16 de junho, através do sítio do IAPMEI (www.iapmei.pt), para efeitos de comprovação do estatuto PME, até à decisão sobre o financiamento;

6.2. Os beneficiários deverão ainda respeitar as seguintes condições:

- a) Terem um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- b) Apresentarem resultados positivos, antes de impostos, no último exercício económico declarado para efeitos fiscais, comprovado pela declaração da IES do ano;
- c) Declararem que não tem salários em atraso;
- d) Declararem que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, conforme previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 1.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho.

7. Critérios de elegibilidade das Operações

Para além dos critérios específicos de elegibilidade dos projetos previstos no Decreto-Lei n.º 159/2014, no artigo 3.º do REISE e no artigo 9.º do RE SI2E, as operações a selecionar no presente concurso têm ainda de satisfazer as seguintes condições específicas de acesso:

- a) Contribuírem para os objetivos e as prioridades enunciadas no Ponto 1;
- b) Apresentarem uma despesa elegível total, aferida com base nos dados apresentados na candidatura, no máximo:

- i. até 235 mil euros no caso de operações das CAE das Indústrias extrativas (05 a 09), Indústrias Transformadoras (10 a 33), da Construção (41 a 43) e Alojamento, Restauração e Similares (55 e 56).
 - ii. até 100 mil euros para projetos da CAE 47 (Comércio a Retalho).
- c) Apresentarem um mínimo de despesa elegível total por projeto de 20 mil euros aferida com base nos dados apresentados na candidatura;
 - d) Não estarem iniciadas à data de apresentação da candidatura;
 - e) Manterem afetos à atividade da empresa os ativos respeitantes ao investimento apoiado, bem como a localização geográfica definida no projeto, durante o período de vigência do contrato de concessão de incentivos e, no mínimo, durante três anos após a conclusão do projeto, isto é, do pagamento final ao beneficiário;
 - f) Apresentarem uma duração máxima do projeto de 12 meses, contados a partir da data de início da sua realização, podendo ser prorrogado pela AG por mais 6 meses, sendo que a data limite para elegibilidade das despesas é 30 de junho de 2023. Entende-se por duração da operação o período entre o seu início e a sua conclusão, correspondendo, respetivamente, à data da primeira e última despesa imputáveis ao projeto ou à operação no âmbito da validação da despesa dos pedidos de pagamento (fatura ou documento equivalente, com exceção das faturas ou documento equivalente do Contabilista Certificado, anteriormente denominado Técnico Oficial de Contas, ou Revisor Oficial de Contas);
 - g) Terem no mínimo um funcionário afeto aos quadros da empresa no ano pré-projeto, evidenciado com descontos para a segurança social (média anual);
 - h) As operações aprovadas no âmbito deste Aviso devem iniciar no prazo máximo de 90 dias úteis a contar da data prevista para o início da sua realização ou da data de conhecimento da decisão de aprovação, quando esta for posterior. O incumprimento deste prazo determina a caducidade da decisão de aprovação da candidatura.

8. Regras e limites à elegibilidade de despesas

8.1 Despesas elegíveis

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do RE SI2E, são elegíveis no presente AAC as seguintes categorias de despesas realizadas após a submissão da candidatura:

- a) Custos de aquisição de máquinas, equipamentos, respetiva instalação e transporte;
- b) Custos de aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o software necessário ao seu funcionamento;
- c) Software standard ou desenvolvido especificamente para a atividade da empresa;
- d) Custos de conceção e registo associados à criação de novas marcas ou coleções;
- e) Custos iniciais associados à domiciliação de aplicações, adesão inicial a plataformas eletrónicas, subscrição inicial de aplicações em regimes de «software as a Service», criação e publicação inicial de novos conteúdos eletrónicos, bem como a inclusão ou catalogação em diretórios ou motores de busca;
- f) Material circulante diretamente relacionado com o exercício da atividade, até ao limite máximo elegível de 40 mil euros.
- g) Estudos, diagnósticos, auditorias, Planos de marketing, até ao limite máximo elegível de 5 mil euros.
- h) Serviços tecnológicos/digitais, sistemas de qualidade e de certificação, até ao limite máximo elegível de 50 mil euros.
- i) Obras de remodelação ou adaptação, para instalação de equipamentos produtivos financiados no âmbito deste projeto, até ao limite de 60% do investimento total elegível apurado, desde que contratadas a terceiros não relacionados com o adquirente beneficiário dos apoios, não sendo financiados materiais de construção adquiridos autonomamente.

8.1 Despesas não elegíveis

Constituem despesas não elegíveis as seguintes despesas indicadas no regulamento do SI2E:

- nas alíneas f) e j) do n.º 1 do artigo 10.º;
- alínea h) do n.º 1 do artigo 10.º, com exceção para as despesas previstas na alínea g) do ponto anterior;
- no n.º 2 do artigo 10.º;
- no artigo 11.º

9. Tratamento de Dados Pessoais

Os candidatos devem assegurar o cumprimento das regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 relativamente a dados pessoais que disponibilizem para efeitos de candidatura e de execução do projeto.

10. Critérios de seleção das candidaturas

Os procedimentos de seleção das candidaturas seguem a tramitação prevista no artigo 16º do SI2E.

Depois de verificados os critérios de elegibilidade previstos nos pontos 6 e 7 do presente aviso, as candidaturas serão objeto de uma apreciação de mérito, construída com base nos critérios de seleção constantes do referencial de mérito (anexo B).

Concluída a análise das candidaturas e antes de ser adotada a decisão final, os projetos são ordenados por ordem decrescente em função do mérito do projeto (MP), até ao limite orçamental do AAC, estabelecendo como limiar de seleção o MP do último projeto com proposta de decisão favorável.

O critério de desempate entre operações com a mesma pontuação é o que consta no referencial de mérito (anexo B).

11. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente Aviso, cada empresa (micro ou pequena) apenas pode apresentar uma candidatura.

12. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 13.º do SI2E o apoio FEDER é apurado, com base no investimento elegível aprovado, através da aplicação de uma taxa base de 40% para os investimentos localizados em territórios do interior ou 30% para os investimentos localizados nos restantes territórios.

À referida taxa base acrescem as seguintes majorações, até um máximo de 20 pontos percentuais (pp):

- a) Projetos enquadrados nas prioridades relevantes para os territórios abrangidos neste AAC, nos seguintes termos:
 - i. Projetos das CAE 05 a 33 e das CAE 55 e 56 – 15 pp;
 - ii. Projetos cujos beneficiários têm o estatuto de Investidor da Diáspora¹ – 5pp;

Os territórios do interior são os territórios de baixa densidade definidos pela CIC Portugal 2020 (Deliberação n.º 23/2015, de 26 de março, alterada pela Deliberação n.º 55/2015, de 1 de julho de 2015 e retificada pela Deliberação n.º 20/2018).

13. Forma e limites dos apoios

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável, nos termos do artigo 12.º do SI2E, aplicando-se a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.

Para as mesmas despesas elegíveis, os apoios concedidos ao abrigo do presente Aviso não são acumuláveis com outros apoios públicos.

Nos termos conjugados do n.º 6 do artigo 76.º do RE ISE com o artigo 21.º do RE SI2E, os apoios são concedidos ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão de 18 de dezembro, relativo aos auxílios de minimis, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o

1 - Nos termos da RCM n.º 64/2020, de 18 de agosto, o estatuto de Investidor da Diáspora é atribuído pelo membro do Governo responsável pela área das Comunidades Portuguesas. É requerido por cidadão português, lusodescendente ou pelos nascidos no estrangeiro a quem tenha sido atribuída a nacionalidade portuguesa ou a ela tenha direito, que resida ou haja residido por mais de um ano fora de Portugal, nos últimos dois anos anteriores à data em que requer o referido estatuto, conforme atestado por autoridade diplomática ou consular ou outros documentos que, inequivocamente, comprovem tal situação, e que pretenda realizar, independentemente do regresso, projeto(s) de investimento em Portugal, a título individual ou através de entidade empresarial cujo capital detenha em mais de 50% (Formulário Estatuto Investidor da Diáspora).

Funcionamento da União Europeia aos auxílios de Estado. Assim, sem prejuízo de outras disposições do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, salienta-se, de modo especial, que o montante global dos apoios concedido pelo Estado-Membro não pode exceder, por empresa única, o limite de 200 000 euros num período de três exercícios financeiros, sendo de 100 000 euros no caso de uma empresa única que efetue o transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, não podendo, neste caso, ser utilizado para a aquisição de veículos de transporte rodoviário de mercadorias

14. Pagamentos

O pagamento do incentivo é efetuado nos termos Norma de procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), Despacho n.º 10548-B/2017, de 04 de dezembro.

15. Modalidades, prazos, e procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, da Região ou do Programa Operacional a que pretenda candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Por uma questão de prudência, os beneficiários devem evitar a submissão de candidaturas no último ou nos últimos dias do prazo. A submissão tardia de candidaturas poderá impossibilitar a resolução de eventuais constrangimentos decorrentes do processo de validação / submissão.

Ao abrigo deste concurso o prazo para a apresentação de candidatura decorre até ao dia 26 de fevereiro de 2021, às 17h59m59s.

A Autoridade de Gestão poderá suspender ou cancelar a receção de candidaturas no âmbito de presente Aviso a qualquer momento, através de comunicação prévia a publicar nos locais definidos no ponto 22 com uma antecedência mínima de 3 dias úteis em relação à data estabelecida para a suspensão.

16. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas seguem a tramitação prevista no artigo 16º do SI2E.

As entidades gestoras referidas a) e b) n.º 1 do artigo 15.º apresentam a proposta de decisão à AG, sendo esta responsável pela supervisão final da elegibilidade e pela aprovação do pedido de apoio.

A decisão sobre o financiamento é proferida no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do aviso. O prazo suspende -se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos disponibilizados, podendo implicar o seu indeferimento quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

17. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é formalizada mediante a assinatura de termo de aceitação, submetido eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 3 do artigo 10.º do RE ISE, o termo de aceitação deverá ser submetido no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da data da respetiva notificação da decisão. A decisão de aprovação caduca caso não seja submetido o termo de aceitação neste prazo, salvo motivo justificado pelo beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão.

18. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação orçamental indicativa do FEDER afeta ao presente concurso é de 8 291 045,21 euros, correspondendo às seguintes dotações indicativas por fase e atividade económica:

Indústria (CAE 05-33)	Outras CAE
5 527 363,47 €	2 763 681,74 €

A dotação a afetar às outras atividades que não a indústria não poderá ser superior a 1/3 da dotação global, exceto se as candidaturas inseridas nas CAE 05 a 33 não esgotarem a correspondente verba.

19. Identificação dos indicadores de realização e de resultado

São objeto de monitorização e contratualização com os beneficiários os seguintes indicadores:

i) Indicador de realização: Postos trabalho a manter

Para o efeito, é tido em conta o nº de postos de trabalho (equivalente a tempo inteiro) que vão ser mantidos pela empresa até à conclusão do projeto.

ii) Indicador de resultados: Manutenção do n.º de postos trabalho nos 6 meses após conclusão do projeto.

Para o efeito, é tido em conta o nº de postos de trabalho (equivalente a tempo inteiro) no mês anterior ao da submissão da candidatura e a média nos 6 meses seguintes após a conclusão física da operação, conforme definido na alínea f) no ponto 7 deste AAC.

20. Organismos Intermédios responsáveis pela análise

Nos termos da Deliberação n.º 74/2015, de 7 de outubro, da CIC Portugal 2020, constitui Organismo Intermédio, no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, a Comunidade Intermunicipal de Tâmega e Sousa.

21. Programa Operacional financiador

O financiamento dos projetos no âmbito do presente Aviso é assegurado pelo Programa Operacional Regional do Norte.

22. Divulgação de resultados e informação e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) e do Norte 2020 (www.norte2020.pt) e da CIM do Tâmega e Sousa (<http://www.cimtamegaesousa.pt>) os candidatos, têm acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) A pontos de contacto para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados deste concurso.

7de janeiro de 2021

O Presidente Comissão Diretiva do PO Regional do Norte

António M. Cunha

ANEXOS

Anexo A – Enquadramento na Estratégia de Desenvolvimento

Anexo B – Critérios de seleção e metodologia de avaliação das candidaturas

Anexo C – Documentos a apresentar com a candidatura

Anexo D – Território de intervenção

Anexo E – Deliberação CIC e lista de territórios de baixa densidade

Anexo F - Capacidade de financiamento do projeto

Anexo G – Modelo de Memória Descritiva

Anexo H – Modelo de declaração do cumprimento da legislação ambiental em projetos cofinanciados

Anexo I – Modelo de declaração da integração da perspetiva de igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades e da não discriminação em operações cofinanciadas

Anexo J – Modelo de declaração complementar